

SIZÉ

ANEXO C - Documentos obrigatórios a apresentar com a Candidatura

Documentos Gerais a anexar ao formulário de candidatura

I - Documentos obrigatórios à data de submissão da candidatura	
A - Relativos ao Beneficiário	
1 - Declaração Complementar aos Termos e Condições da Candidatura	Declaração de compromisso do beneficiário formulada em conformidade com o Modelo (ANEXO G) divulgado conjuntamente com o presente Aviso e que dele faz parte integrante.
2 - O beneficiário deverá estar legalmente constituído	Declaração de início de atividade e, caso se verifique, os pedidos de alterações ocorridos e Situação cadastral (data atual); Pacto Social; Estatutos; Fotocópia do NIPC; Fotocópia do NIF ou Cartão Cidadão; Certidão Permanente da empresa (ou código acesso válido pelo período de mínimo de 90 dias); Certidão online das pessoas coletivas (Decreto-Lei n.º 52/2018); Declaração do Instituto de Turismo de Portugal (Qualificação de Operadores Marítimo-Turísticos).
3 - O beneficiário deverá ser certificado electronicamente pelo IAPMEI na aceção do estatuto de micro ou pequena empresa	Certificação PME emitida pelo IAPMEI, condição a ser aferida até à proposta de decisão, sob pena de não ser considerado elegível.
B - Relativos à Candidatura: Transversais	
5 - Memória Descritiva	Memória Descritiva (Modelo), Orçamento, DR e Balanço em anexo em formato Excel (ANEXO D). Devem ser respeitados os limites de caracteres indicados para cada ponto, não sendo possível anexar documentos adicionais.
6 - Justificação do enquadramento nos critérios e sub-critérios da operação tendo em consideração o conteúdo do ANEXO B "Referencial de Análise de Mérito" do presente Aviso	Avaliação sustentada no ponto III - Auto Avaliação/Critérios de seleção da Memória Descritiva (Modelo), Orçamento, DR e Balanço.
7 - Documentação comprovativa da obtenção dos licenciamentos necessários à realização do projeto, sempre que aplicável	Apresentação dos documentos de licenciamento/autorização ou comunicação prévia, ou, evidência através da apresentação dos pedidos de licenciamento/autorização ou comunicação prévia nas áreas dos investimentos em causa, sendo que neste segundo caso, os documentos que titulam o licenciamento/autorização devem ser apresentados até à data limite da assinatura do Termo de Aceitação. No caso de não apresentação destes documentos, deverá ser apresentado um documento declarativo/justificativo que fundamente a sua não apresentação, devendo o mesmo estar devidamente assinado e carimbado.
8 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM com a área de intervenção da Operação individual em causa implantada, se aplicável.	Apresentação do Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM.
9 - No caso de projetos infraestruturais, planta de localização do projeto: este documento de ser configurado em tamanho A4, que permita ter uma perceção geral da implantação da zona a intervir com a operação abrangida na candidatura.	Apresentação da Planta de Localização.
10 - Quando projetos infraestruturais, fotografias, em número máximo de 6 (seis), que sejam elucidativas quanto à situação física da área e/ou edificado a intervir, em data prévia à concretização do investimento objeto da candidatura, se aplicável.	Apresentação de Fotografias (anexas à candidatura).
11 - No caso de Projetos Infraestruturais, licença que comprove que está devidamente salvaguardada a legitimidade do beneficiário para intervir no espaço;	Legitimidade de Intervenção no Espaço, pelo período mínimo de três anos após finalização do projeto, aferido através de Registo Predial e/ou Caderneta Predial, contrato de arrendamento, contrato de comodato, licença camarária ou outro equiparado.
12 - Ficha de "Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas"	Ficha verificação igualdade oportunidades (ANEXO H do presente Aviso).
13 - Ficha de "Verificação do Cumprimento da Legislação Ambiental"	Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental (ANEXO I do presente Aviso).
14 - Apresentação de orçamentos de fundamentação da proposta de investimento	Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. Só serão aceites orçamentos comerciais ou faturas pró-forma cujos fornecedores se enquadrem no CAE correspondente à tipologia de investimento proposto, através da consulta ao portal do SICAE – www.sicae.pt, para pessoa coletiva ou do portal do INE, para pessoa singular. Nos casos de serviços de construção civil será verificada a habilitação do fornecedor para o exercício da respetiva atividade, via consulta do alvará ou título de registo, no site do INCI – www.inci.pt.
15 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, deve ser apresentado projeto técnico de execução (cortes, plantas e alçadas devidamente identificadas, memória descritiva do(s) projeto(s) de especialidades e mapa de medições/orçamento(s) e caderno de encargos	Apresentação do Projeto Técnico de Execução.
16 - Cópia da ata que considera a aprovação da realização da operação com indicação do custo total e das fontes de financiamento	Fotocópia da ata de aprovação da concordância na realização da operação ao SIZÉ, bem como, a nomeação do responsável técnico pela implementação do Pedido de Apoio e o(s) legal(is) representante(s) da entidade para a apresentação do pedido de apoio ou prática de atos no âmbito do processo de candidatura, a indicação do custo total e as fontes de financiamento.
17 - Currículo do Beneficiário/Responsável Técnico pela Implementação do PA e respetivos documentos comprovativos	Curriculum do beneficiário, fotocópia do certificado de habilitações do beneficiário, ou no caso de pessoas coletivas do responsável técnico pela implementação da operação, que demonstrem que possui a capacidade profissional adequada à atividade a desenvolver. Declarações de entidades empregadoras que comprovem a experiência profissional.

SIZE

ANEXO C - Documentos obrigatórios a apresentar com a Candidatura

C - Relativos à Candidatura: Criação de Emprego	
<p>18 - Para efeitos de criação de emprego, na componente FSE, são elegíveis as despesas com remunerações de postos de trabalho criados, nas seguintes situações:</p> <p>(...)</p> <p>b) Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há mais de 6 meses no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), incluindo desempregados de longa e muito longa duração;</p> <p>c) Criação de postos de trabalho para jovens até 30 anos à procura do primeiro emprego inscritos no IEFP, I. P., como desempregados há pelo menos 2 meses.</p>	<p>Declaração do IEFP de que se encontram cumpridos os requisitos previstos nas alíneas b) e c) do nº 2, do artigo 9º da Portaria n.º 105/2017 de 10 de março (no caso dos contratos a celebrar após a submissão da candidatura, esta documentação deverá ser disponibilizada em momento prévio à apresentação do primeiro pedido de pagamento da correspondente despesa).</p>
<p>19 - Comprovativo do número de trabalhadores da empresa no ano pré-projeto.</p>	<p>Tabela de Cálculo do Nível de Emprego (ANEXO J do Aviso);</p> <p>- Contratos de trabalho;</p> <p>- último Extrato da Declaração Mensal de Remunerações (DMR).</p>
D - Relativos à Candidatura: Componente Financeira	
<p>20 - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), para eferição do definido na alínea d) do nº2 do artigo 9º da Portaria n.º 105/2017 de 10 de março</p>	<p>O estudo de viabilidade económico, deve apenas referir-se ao investimento objeto da operação. O plano de investimento e de negócios deverá ser elaborado ou validado, datado e assinado, por técnico especializado na área Económica e Financeira (TOC/ROC), devendo incluir:</p> <p>a) "Plano de Negócios é um plano base, essencial para a estruturação (...) de uma nova ideia de negócios. Deve ser um plano que se foque nas linhas essenciais do projeto, que defina a alocação dos vários tipos de recursos, que esteja concebido para concretizar a ideia que se pretende implementar (...)". (In: Guia Explicativo para a Criação do Plano de Negócios e do seu Modelo Financeiro; IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. abril 2016). O Plano de Negócios deverá conter nomeadamente os seguintes pontos: a) sumário executivo; b) histórico da empresa e/ou dos promotores; c) o mercado subjacente; d) a nova ideia e o seu posicionamento no mercado; e) o projeto/produto/ideia; f) estratégia comercial; g) gestão e controlo do negócio; h) investimento necessário; i) projeções financeiras/modelo financeiro.</p> <p>b) O Modelo Financeiro do Plano de Negócios e as demonstrações financeiras previsionais devem conter nomeadamente os seguintes quadros: a) pressupostos; b) mapa previsional de vendas, indicando tipos de produtos, preços unitários e quantidades. Sendo feito a preços constantes, o crescimento apenas será dado pelo aumento das quantidades vendidas; c) mapa de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas; d) mapa de fornecimento e serviços externos fazendo a distinção entre as diferentes taxas de IVA a aplicar (idealmente com a divisão entre custos fixos e variáveis); e) indicação e consideração dos prazos médios de recebimento, prazo médio de pagamento e prazo médio de stock; f) mapa de custos com o pessoal devidamente explícito nas taxas de segurança social a aplicar, retenções, subsídios de refeição, etc.; g) mapa de amortizações respeitando as taxas legais e devidamente desagregado; h) investimentos; i) mapa das necessidades de fundo de manuseio; j) financiamento; k) mapa de pagamentos ao estado; l) demonstração de resultados; (m) balanço; (n) quadro explicativo do cálculo dos indicadores do VAL e TIR; o) Análise de Sensibilidade; p) indicadores económico-financeiros:</p> <p>1. Rádios de rentabilidade: Rentabilidade do volume de negócios (%); Rentabilidade do capital próprio (%); Rentabilidade dos capitais permanentes (%); Rentabilidade do ativo (%); Volume de negócios por empregado; Resultados líquidos por empregado.</p> <p>2. Rádios de situação financeira: Liquidez geral; Liquidez reduzida; Liquidez imediata; Capitais fixos sobre total do ativo (%); Cobertura do imobilizado (%); Vendas sobre capitais circulantes (%); Custos financeiros sobre as vendas (%); Custos com pessoal sobre as vendas (%).</p> <p>3 - Rádios de estrutura: Rotação do capital próprio (%); Autonomia financeira (%); Solvabilidade (%); Capacidade de endividamento (%).</p> <p>4. Outros indicadores: Prazo médio de cobranças (dias); Prazo médio de pagamentos (dias); Prazo médio de existências (dias); Rotação de stocks; Fundo de manuseio; Valor Acrescentado Bruto (VAB); VAB por vendas (%); Cash-Flow económico; Ponto crítico do volume de negócios.</p> <p>5. VAL = Valor Atualizado Líquido tendo a atualização como referência a taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data de apresentação do pedido de apoio;</p> <p>6. TIR = Taxa Interna de Rentabilidade (1,5%);</p> <p>7. PAYBACK = tempo de retorno do investimento (anos e meses);</p> <p>Deverão ser apresentados e explicados detalhadamente todos os pressupostos tidos em conta, na elaboração do estudo de viabilidade económico-financeiro, e que estão na base dos rádicos VAL e TIR, para além de outros. Salienta-se que, para efeitos de cálculo do VAL, deverá ser considerado que todos os investimentos a realizar são realizados no ano zero, ao qual não é aplicada a taxa de atualização. Os acréscimos de proveitos e acréscimos/decréscimos de custos de exploração previsionais anuais, decorrentes do investimento, são calculados a preços constantes e deverão estar em coerência com os investimentos apresentados.</p> <p>O cálculo do VAL deverá ter em conta os dados da atividade onde a operação se irá enquadrar, isto é, deve ser considerada a estrutura de custos e proveitos da atividade que o promotor já desenvolvia, bem como os custos e proveitos inerentes à operação objeto de Pedido de Apoio. Para efeitos de cálculo do cash-flow, deve-se-ão considerar apenas as amortizações e reintegrações dos bens considerados para o investimento, no âmbito da operação. O cálculo do VAL deverá ser efetuado de acordo com a seguinte fórmula:</p> $VAL = -Inv + CF_1 / (1+REFI) + CF_2 / (1+REFI)^2 + \dots + CF_n / (1+REFI)^n$ <p>Em que:</p> <p>Inv - Investimento total da operação</p> <p>CF₁, n-1 - Cash-flow de cada ano, que resulta do somatório dos Resultados Antes de Impostos (sem o subsídio ao Investimento FEDER/FSE) mais depreciações do investimento proposto e provisões anuais.</p> <p>CF_n - Cash-flow do último ano, que resulta dos Resultados Antes de Impostos (sem o subsídio ao Investimento FEDER/FSE) mais depreciações do investimento proposto e provisões anuais mais valor Residual do Investimento (Valor do Investimento inicial menos Depreciações Acumuladas).</p>
<p>21 - Deverá ser demonstrada que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros, para eferição do definido na alínea c), nº2, artigo 9º da Portaria n.º 105/2017 de 10 de março.</p>	<p>Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros. Neste âmbito, importa assegurar os seguintes requisitos:</p> <p>(i) Autofinanciamento: Neste caso, deverá ser utilizado em cada ano de execução do investimento, um valor de autofinanciamento, que tenha como limite os meios libertos líquidos (Resultados Líquidos + Gastos/Reversões de Depreciação + de Amortização + Imparidades + Provisões + Aumentos/Reduções de justo valor) obtidos no ano pré-projeto.</p> <p>(ii) Capitais Próprios: Consideram-se capitais próprios, o Capital Próprio da Empresa incluindo novas entradas de capital (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital), desde que venham a ser incorporados em capital próprio até à data da candidatura.</p> <p>(iii) A realização de Capital Social e ou Suprimentos deve ser comprovada através da apresentação da apresentação de balanço intermédio certificado por ROC ou TOC.</p> <p>(iv) No caso de recurso a empréstimo, a entidade beneficiária deve apresentar documento de instituição financeira com o compromisso efetivo do financiamento em causa;</p> <p>(v) Em qualquer dos casos, os documentos comprovativos deverão ser apresentados no limite até à data de assinatura do Termo de Aceitação, nos termos do nº3, artigo 10º do RE do Domínio Inclusão Social e Emprego, Portaria 97-A/2015 de 30 de março.</p>
<p>22 - Informação Económica - Financeira do Beneficiário (dos últimos 3 anos)</p>	<p>Balanço e Demonstração de Resultados, devidamente aprovados, quando aplicável, e IES (dos últimos 3 anos).</p>
<p>23 - No caso de o IVA ser apresentado como despesa elegível em sede de candidatura, a mesma deve ser instruída com declaração emitida pela Autoridade Tributária.</p>	<p>Declaração emitida pela Autoridade Tributária, atestando o regime legal do IVA a que se encontra sujeito e se o IVA relativo às atividades da candidatura conferem ou não o direito à dedução.</p>

ANEXO C - Documentos obrigatórios a apresentar com a Candidatura

II. Documentos Específicos e de Majoração a anexar à candidatura	
Qualificação de Operadores Marítimo-Turísticos do Litoral Norte - AMP	
Específicas	
1 - As operações devem ser apresentadas por empresas de animação turística na aceção do RNT, registados no Registo Nacional de Turismo (à data de submissão da candidatura) e localizados na área geográfica do GAL Costeiro Litoral Norte - AMP (com sede ou estabelecimento estável)	Registo no Registo Nacional de Turismo o qual deve evidenciar também que a empresa tem sede ou estabelecimento estável na área geográfica do GAL Costeiro Litoral Norte - AMP (à data de submissão da candidatura).
Majoração	
2 - Projeto de animação marítimo-turística onde esteja prevista Ação ou Ações que contribuam para atenuar o efeito de sazonalidade através do reforço da procura turística no período Outubro-Maio (evidenciada nomeadamente pela proposta de pacotes turísticos pré-contratualizados apresentados no dossier de candidatura direcionados ao período outubro-maio)	Proposta descritiva de pacotes turísticos nos domínios temáticos pré-contratualizados direcionados ao período outubro-maio, devendo ser apresentadas evidências de pré-acordos com empresas/fornecedores envolvidas.
3 - Projeto de animação marítimo-turística onde esteja prevista Ação ou Ações de certificação ambiental ou de segurança dos respetivos serviços turísticos	Descrição detalhada dos processos de certificação ambiental ou de segurança integrados na candidatura (consultar o critério 4 do ANEXO B - Referencial de Análise de Mérito).
4 - Projeto de animação marítimo-turística onde esteja prevista Ação ou Ações de certificação de qualidade nacional ou internacional dos respetivos serviços turísticos	Descrição detalhada dos sistemas de certificação da qualidade nacional ou internacional (quer dos processos quer dos equipamentos) integrados na candidatura (consultar o critério 4 do ANEXO B - Referencial de Análise de Mérito).